



GT 04 Controles democráticos e legitimidade

**A pluralidade de sociedades civis na segurança pública: deliberação e concepções de representação política no Conasp**

Gabriela Ribeiro Cardoso<sup>1</sup>

Fábio de Sá e Silva<sup>2</sup>

Julian Borba<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Mestranda em Sociologia Política (UFSC). E-mail: grcgabi@gmail.com.

<sup>2</sup> Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

<sup>3</sup> Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## **A pluralidade de sociedades civis na segurança pública: deliberação e concepções de representação política no Conasp**

### **Introdução**

Nas duas últimas décadas consolidou-se no Brasil um *sistema participativo* desenhado para promover a participação dos cidadãos nas decisões no que se refere às políticas públicas (SÁ E SILVA, LOPEZ e PIRES, 2010). A institucionalização da participação tem marcado a agenda de pesquisas nas ciências sociais, de tal modo que já se delineia um cenário *pós-participativo* permeado por novos desafios analíticos, tais como: arranjos institucionais que operam como lócus da participação; legitimidade dos atores e do processo de representação extraparlamentar verificado naqueles espaços; e efeitos das práticas participativas sobre as políticas públicas, ou seja, “efetividade” da participação social (GURZA LAVALLE, 2011; AVRITZER, 2011; PIRES, 2011).

Esses desafios tornam-se ainda mais instigantes em um campo como o da segurança pública, no qual as iniciativas de institucionalização da participação são extremamente recentes em comparação com outras áreas. Nesse contexto, verifica-se não apenas a presença e a emergência de novos atores (sociedade civil, trabalhadores e gestores), desenhos institucionais e processos de participação (a convocação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública com Cidadania – 1ª Conseg, em 2009, e a reforma do Conselho Nacional de Segurança Pública – Conasp, em 2010), mas também a histórica tensão entre a perspectiva da ampliação da democracia em que se baseia a institucionalização da participação e a cultura autoritária e tendente ao fechamento que incide sobre o setor da segurança pública (PERALVA, 2000).

O presente trabalho propõe-se a contribuir com os novos debates sobre participação, examinando a presença e a atuação da “sociedade civil” nas instituições participativas e tomando como lócus de análise o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp). O enfoque principal está nas *concepções de representação política*, ou seja, na forma como são compreendidas e evocadas pela sociedade civil. Esta dimensão visa relacionar as proposições teóricas já clássicas como as de Pitkin (1967) com os debates mais contemporâneos que revigoram as discussões sobre representação a

exemplo das contribuições de Urbinati (2006; 2010) e o conceito de *representação como advocacy*.

A metodologia conjuga entrevistas; análise das recomendações aprovadas pelo conselho no período de 2010 a 2012 (mecanismo relevante para tratar das deliberações produzidas pelo Conselho); observação das reuniões; e aplicação de questionário, respondido primeiramente pelos conselheiros do Conasp “transitório<sup>4</sup>” em 2010 e, posteriormente, pelos conselheiros do Conasp definitivo<sup>5</sup> em 2011. A análise das atas do Conasp também é contemplada, pois estas são um material bastante rico e possuem um grau de detalhamento que foge ao padrão de registro.

O paper está organizado em três partes principais. Assim sendo, inicialmente apresentamos algumas linhas do debate teórico sobre representação política. Na sequência, realizamos uma caracterização das entidades da sociedade civil que participam do CONASP, com destaque para o histórico e objetivos. Na terceira parte, analisamos as concepções de representação no Conasp, com enfoque na sociedade civil.

## **1. As concepções de representação política e a sociedade civil**

Ao tratar sobre representação política, é necessário mencionar, ainda que brevemente, as contribuições de Hanna Pitkin em “The concept of representation”, publicado em 1967. Nesta obra Pitkin apresenta duas visões formalísticas da representação que tem retornado bastante no debate contemporâneo, especialmente a segunda: a visão da *autorização* e a visão da *accountability*. A visão da *autorização* é formalística por definir a representação “[...] in terms of a transaction that takes place at the outset, before the actual representing begins<sup>6</sup>”, ou seja, este tipo de representação foca-se mais no que antecede a representação do que no conteúdo propriamente dito desta (PITKIN, 1967, p. 39). Para os teóricos da *autorização*, a representação é como uma “caixa preta” formatada pela autoridade dada, mas se exceder os limites, ela não

---

<sup>4</sup> O Conasp “transitório” refere-se ao processo de reformulação que o Conselho passou após a realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg), realizada em 2009. Neste contexto, a Comissão Organizadora Nacional (CON) da 1ª Conseg tornou-se o Conasp e esta gestão perdurou até 2010, quando ocorreu o processo eleitoral para a escolha dos representantes definitivos.

<sup>5</sup> O Conasp “definitivo” abrange a composição eleita, com o mandato para o biênio 2011-2012.

<sup>6</sup> “[...] em termos de uma transação que ocorre no início, antes que a representação vigente comece” (PITKIN, 1967, p. 39 – tradução nossa).

## VERSÃO PRELIMINAR

representa mais. Não há como representar “bem” ou “mal”, não há os deveres da representação. A visão oposta à autorização é a *accountability*, pois, para seus teóricos, o representante deve ser alguém que presta conta, ou seja, que responde aos outros pelo que faz (PITKIN, 1967, p. 55).

Assim, enquanto para os teóricos da autorização o representante é livre, para os teóricos do *accountability*, um representante eleito é representativo porque está sujeito à reeleição ou ao fim de seu mandato. A *accountability* é considerada um corretivo da perspectiva da autorização, visto que atribui novos direitos, mas não destina lugar para as obrigações e mecanismos de controle. No entanto, as duas visões são formalísticas justamente porque o critério da representação está fora da atividade de representação. Desse modo, uma enfoca no momento que antecede o início da representação e a outra que ocorre depois, em como termina. Ou seja, nenhuma das duas trata de como será durante a representação, como é esperada a ação de um representante, se ele representa bem ou mal.

Outra concepção de representação apresentada por Pitkin, consiste na representação *descritiva* que expressa uma visão completamente diferente da formalística. Esta perspectiva argumenta que o legislativo deve ser selecionado como uma composição capaz de corresponder a toda a nação, um retrato exato da população. Trata-se mais de ser alguém do que fazer algo. Em síntese:

For these writers, representing is not acting with authority, or acting before being held to account, or any kind of acting at all. Rather, it depends on the representative's characteristics, on what he *is* or *is like*, on being something rather than doing something. The representative does not act for others; he 'stands for' them, by a virtue of a correspondence or connection between them, a resemblance or reflection<sup>7</sup> (PITKIN, 1967, p. 61).

A representação descritiva proporcionalista considera um modo de representar muito diferente dos teóricos formalistas, ou seja, envolve representar por “*standing for*”, “representando para”, alguém ou algo que está ausente pela correspondência de características. É um modo de representar que pode ser chamado de representação descritiva na qual uma pessoa torna-se responsável pela semelhança.

---

<sup>7</sup> “Para estes autores, representação não é agir com autoridade, ou agir antes de ser responsabilizado, ou qualquer outro tipo de agir em absoluto. Pelo contrário, ela depende das características dos representantes, sobre o que ele é ou como é, trata-se mais de ser algo do que fazer algo. O representante não age pelos outros, ele está pelos outros, pela virtude da correspondência ou conexão entre eles, a semelhança ou o reflexo” (PITKIN, 1967, p. 61 – tradução nossa).

## VERSÃO PRELIMINAR

Dado sequência a categorização de Pitkin, a representação como “agir por”<sup>8</sup> preocupa-se com a natureza da representação, com o que acontece durante a representação, sua substância e conteúdo. Esta visão possibilita discutir as obrigações do representante como um agente, a representação como princípio de ação. Dentre as características de agir pelos outros, está o fato de não agir por impulso, mas sim pela ação deliberada, ou seja, pelo que já foi decidido. A representação significa ainda agir de um modo responsivo em relação ao interesse do representado de modo que não haja conflito. Por sua vez, o dever do representante consiste na tarefa dual de perseguir tanto o interesse local quanto o nacional. A representação substantiva existe apenas onde os interesses e as decisões não são escolhas arbitrárias.

Na conclusão de sua obra, Pitkin aponta que uma visão correta e completa da representação depende do entendimento adequado do que a representação significa, pois cada visão de representação possui hipóteses e implicações. A representação política é, em algum, sentido, “agir por” e o sistema representativo deve cuidar do interesse público e ser responsivo à opinião pública. Por isso, a autora considera que a forma e a substância são os dois grandes ânimos para a vida social e política, sendo necessária a articulação de ambas. Isso porque para assegurar a substância da representação é necessária a institucionalização, já que sem a institucionalização a representação torna-se vazia. O conceito de representação é, então, uma contínua tensão entre o ideal e o conquistado, mas esta tensão não deve conduzir a abandonar o ideal ou a institucionalização para a vida política.

No debate mais recente sobre representação, Anne Philips (2001) ressalta que, na dinâmica corrente da representação, se valorizam mais as preferências e crenças dos eleitores do que as características dos representantes. Neste sentido, dialoga diretamente com Pitkin que critica a representação descritiva ao apontar a dimensão formal da representação (a autorização e *accountability*). A qualidade da representação normalmente é vista como dependente de mecanismos mais firmes de responsabilização e prestação de contas, mas tais argumentos não se comprometem com a questão da exclusão política.

---

<sup>8</sup> Dando continuidade à representação como “agir por”, Pitkin apresenta os argumentos de duas correntes teóricas: 1) os teóricos do mandato – que fazem o que os seus eleitores desejam; 2) os teóricos da independência – que ressaltam a importância de ter liberdade para decidir de acordo com o seu próprio julgamento.

## VERSÃO PRELIMINAR

A preocupação central de Philips é com os mecanismos que associam a representação justa à presença política e que reivindicam mudanças no nível político. Assim, Philips destaca as demandas por presença política, de grupos que se reconhecem como marginalizados, excluídos, grupos étnicos que almejam maior inclusão política. Trata-se de colocar em discussão “[...] a separação entre *quem* e o *quê* é para ser representado” (PHILIPS, 2001, p. 272 – destaque nosso).

Dentre os autores internacionais que se destacaram no revigoramento do debate recente sobre representação, está a cientista política italiana Nádía Urbinati. Esta autora desenvolve a compreensão de que a representação não é um paradoxo, mas um primado para expandir a democracia participativa: mais do que antíteses um *continnum*. Após tratar das contribuições da Urbinati, são tecidas algumas críticas a partir do conceito de recursos e interesses.

Urbinati (2006) propõe-se a realizar uma redescoberta do termo representação, sem perder de vista uma perspectiva genealógica que trate dos diferentes sentidos atribuídos ao conceito. Além disso afirma que a representação sustenta a democracia participativa. Conseqüentemente, Urbinati argumenta que a democracia representativa não é um paradoxo ou uma alternativa para algo que impossível contemporaneamente. Por isso, propõe enxergar a representação como um processo político que articula a sociedade e o Estado, além de ser um componente essencial da democracia.

A partir das contribuições de Stuart Mill, que ligou governo representativo, representação proporcional e o caráter agonístico da assembleia, Urbinati desenvolve o conceito de representação como *advocacy*. Stuart Mill, por sua vez, defendeu o debate público e o processo deliberativo, enquanto para Rousseau, o cidadão deveria formar a sua opinião sozinho, sem influencia extrema de paixões. Mill supõe a representação como uma instituição complexa, com diversas camadas de ação política. Assim, a representação é compreendida como uma “[...] linha de ação, mais do que um ‘simple ato’ – uma prática de interação política entre cidadãos que vai muito além do ato de votar” (URBINATI, 2010, p. 66).

A representação como *advocacy* apresenta dois componentes: “[...] a ligação ‘apaixonada’ do representante com a causa dos eleitores e a relativa autonomia de juízo do representante” (URBINATI, 2010, p. 77). Os representantes como *advocates* não são apenas partidários, mas também deliberadores. Além disso, a *advocacy* não é um partidarismo cego, no qual um *advocate* precisa ser imparcial como um juiz, pois este

possui vínculos com os seus “clientes”. O *advocate*<sup>9</sup> deve aderir à causa que defende, é a ideia de um defensor apaixonado, uma identificação pela identidade dos ideais e dos projetos. Convém ressaltar que a representação como *advocacy* faz parte do modelo agonístico da política que valoriza a importância do conflito.

## 2. A sociedade civil no Conasp

Inicialmente apresentamos uma caracterização geral e breve histórico dos fóruns, redes de movimentos sociais e entidades da sociedade civil que integram o Conasp (2010-2012). Estas informações são relevantes para a compreensão tanto da diversidade da sociedade civil no Conselho e no campo da segurança pública de um modo mais geral, assim como para analisar as próprias concepções de representação política.

- Movimento Nacional de Direitos Humanos

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) foi fundado em 1982 e, juntamente com o Gajop, o ISER e o INESC, constitui-se em uma das organizações da sociedade civil mais antiga que integra o Conasp. Na sua origem, possui relação com a Igreja Católica e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), pois com o fim da ditadura militar as bases da Igreja atuavam na defesa de presos políticos. Neste contexto, emergiram os Centros de Direitos Humanos do país. Como ressaltou a entrevistada:

É que a gente é um saldo daquelas entidades que tem origem nas comunidades eclesiais de base, naquela época em que a igreja é uma teologia da libertação, entendeu? [...]Então a gente tem... é como eu disse, é diferente de outras ONGs que se profissionalizam, mas não tem uma visibilidade, uma credibilidade uma história, não arrasta uma história como a gente. (Sociedade civil, entrevista com representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos, realizada em dezembro de 2011).

É interessante ressaltar a ênfase que a representante do MNDH no Conasp atribui à própria história do MNDH em diferenciação às demais entidades que compõem o

---

<sup>9</sup>Entretanto, Urbinati considera a figura do *representante-advocate* como “[...] peculiar a uma democracia cuja sociedade civil não encarna plenamente os princípios democráticos” (URBINATI, 2010, p. 87), o que necessita ser melhor explorado.

## VERSÃO PRELIMINAR

Conasp. Conforme consta no site, o MNDH (2012) tem atuado nas seguintes frentes: campanha nacional de combate à tortura; produção de estudos e pesquisas; intervenção nas políticas públicas (planos nacionais de direitos humanos); *lobby* e *advocacy*. Com relação ao *lobby* e *advocacy*, atuou nas mobilizações pela constituição e assim como pela aprovação de leis como a que tipifica o crime de tortura e a proteção às testemunhas. Assim, é relevante observar que o MNDH mobiliza o conceito de *advocacy* para designar uma de suas formas de atuação, o que se vincula ao debate sobre representação deste trabalho.

- Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP

Criado em 1981 em Recife (PE), fruto da iniciativa de advogados que desejavam trabalhar com educação jurídica popular. No período de elaboração da Constituição, o Gajop participou das discussões sobre os novos direitos fundamentais. Em 1995, criou o Programa Estadual de Apoio e Proteção a Vítimas, Testemunhas e Familiares de Vítimas da Violência – PROVITA, com o intuito de colaborar com a redução da impunidade. Assim, possui como objetivo “[...] contribuir para a democratização e o fortalecimento da Sociedade e do Estado, na perspectiva da vivência da cidadania plena e da indivisibilidade dos Direitos Humanos” (ALMEIDA. 2011).

- Instituto de Estudos da Religião (ISER)

O ISER possui as suas origens vinculadas ao ISET (Instituto Superior de Estudos Teológicos), fundado em 1970. Em 1973, o ISER foi criado com o objetivo de realizar estudos no campo da moral, da educação, da cultura e da religião. Em 1980, o ISER expandiu a sua atuação para as ações e projetos de intervenção social em decorrência das necessidades vivenciadas pela sociedade brasileira, de fortalecimento da sociedade civil e democratização. A atuação do ISER vincula-se a questões importantes de cada momento histórico, por isso, a partir da década de 1990, as questões ambientais adquirem prioridade na agenda institucional. Além disso, o ISER acompanha o desenvolvimento de outros movimentos sociais que consolidaram novas ONGs voltadas para o combate ao racismo, para os direitos humanos, defesa dos meninos de rua.

Em 1993, o ISER (2012) “[...] desempenha um papel fundamental no processo de criação do Movimento VIVA RIO, nascido e desenvolvido no próprio espaço institucional do ISER”. As atividades atuais desenvolvidas pelo ISER possuem os



## VERSÃO PRELIMINAR

seguintes eixos temáticos: Religião e Espaço Público, Sociedade e Relações Sustentáveis e Violência, Segurança Pública e Gestão de Conflitos.

- Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)

O Inesc foi fundado em 1979, constitui-se em uma das entidades mais antiga que integra o Conasp. É uma organização não-governamental que possui como missão "[...] contribuir para o aprimoramento da democracia representativa e participativa visando à garantia dos direitos humanos, mediante a articulação e o fortalecimento da sociedade civil [...]" de modo a influenciar nos espaços de governança. As temáticas prioritárias de atuação são: democracia, parlamento e sociedade; direitos humanos e igualdade; infância de juventude; orçamento público e justiça tributária; política socioambiental; política indígena; política internacional e integração regional; reforma agrária e soberania alimentar; segurança pública (INESC, 2012).

- Viva Rio

Viva Rio foi fundada em 1993 por representantes da sociedade civil e possui como missão “promover a cultura de paz e viabilizar a inclusão social” (VIVA RIO, 2012). A organização surgiu em resposta a duas grandes tragédias cariocas: o massacre de oito meninos em frente à Igreja da Calendária e a execução de vinte e um moradores da favela de Vigário Geral. Em 1994, participou da 1ª mobilização pela coleta de armas de fogo com a campanha “Rio desarme-se” e, posteriormente, contribuiu para a elaboração do Estatuto do Desarmamento. Atua nas áreas da segurança, meio ambiente, saúde, educação, artes e esportes. Na área da segurança, possui como um dos principais projetos o Controle de Armas, esta temática foi discutida na Reunião do Conasp realizada na sede da instituição em 2011, nesta oportunidade foi aprovada a recomendação 01, de 10/06/2011 que trata da Campanha do Desarmamento. Esta resolução recomendou ao Ministro da Justiça a divulgação em diversos meios de comunicação e esclarecimentos para a população sobre os riscos da posse de armas.

- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais

Criada em 1995, atualmente constitui-se na maior rede LGBT na América Latina, conta atualmente com 253 organizações formais nos diferentes estados do país e possui as seguintes linhas de atuação:

## VERSÃO PRELIMINAR

[...] o monitoramento da implementação das decisões da I Conferência Nacional LGBT; o monitoramento do Programa Brasil Sem Homofobia; o combate à homofobia nas escolas; o combate à Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis; o reconhecimento de Orientação Sexual e Identidade de Gênero como Direitos Humanos no âmbito do Mercosul; a *advocacy* no Legislativo, no Executivo e no Judiciário; a capacitação de lideranças lésbicas em direitos humanos e *advocacy*; a promoção de oportunidades de trabalho e previdência para travestis; a capacitação em projetos culturais LGBT (AGBLT, 2012).

Convém mencionar ainda que no site é possível encontrar referências às diferentes conferências nacionais que, de algum modo, envolveram as demandas LGBT, assim como o conselho nacional, os conselhos estaduais e municipais LGBT, as frentes parlamentares e os diferentes projetos de lei. Assim, existe a possibilidade de identificar um repertório<sup>10</sup> amplo de ação política da entidade que lança mão de diferentes estratégias. Na 14ª Reunião Ordinária do Conasp, realizada em dezembro de 2011, o representante da ABGLT Márcio Marins realizou uma interessante exposição no pleno para a formação, para que os(as) conselheiros(as) compreendessem de modo mais profundo as temáticas relevantes do movimento<sup>11</sup>.

- A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

Criada em 1991, reúne as organizações que lutam contra os diferentes tipos de discriminações, desigualdades e visa à radicalização da democracia. É uma associação formada por um conjunto de organizações da sociedade civil e visa articular os movimentos sociais no Brasil em prol dos direitos humanos, democracia e justiça. Possui como objetivos:

Defender um novo modelo de desenvolvimento baseado em modos de vida sustentáveis e na construção de uma sociedade radicalmente democrática; combater todas as formas de discriminação e criminalização das lutas populares; lutar contra todas as formas de desigualdades; articular-se com organizações e movimentos nacionais e internacionais comprometidos com transformações estruturais; defender os direitos humanos como perspectiva de construção de uma sociedade igualitária, solidária e livre; [...] defender a

---

<sup>10</sup>Luchmann (2011), ao analisar as novas práticas de representação política sustentadas pelas associações, mobiliza o conceito de *repertório* de Charles Tilly e por isso desenvolve uma concepção que vê complementaridades e não somente conflitos entre as práticas associativas. Deste modo, a atuação de representação institucional combina-se com outras atividades políticas e sociais.

<sup>11</sup> Conforme citação extraída da Ata da Reunião: “Então [...] eu trago um pouco do que é o movimento LGBT, o que é que lésbicas, gays, travestis e transexuais passam no Brasil e pelo que nós trabalhamos. É uma forma de nos conhecermos melhor. Assim como temos que conhecer o trabalho que é feito na Maré, como é que são os trabalhos feitos nas comunidades, nas associações de classe que temos aqui, como é que está funcionando todas as áreas” (CONASP, 2011, p. 148).

## VERSÃO PRELIMINAR

liberdade de associação da sociedade civil e a legitimidade do acesso a recursos públicos; contribuir para o fortalecimento institucional das associadas, visando a sustentabilidade política e financeira; Lutar pela proteção dos ecossistemas e pela justiça sócio-ambiental (ABONG, 2012).

- Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

O Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos nasce da articulação das entidades que se reuniam para organizar e preparar as conferências nacionais de direitos humanos. A partir de 2000, passou a reunir-se para além das conferências e possui os seguintes objetivos: ampliar as organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos humanos; apoiar os fóruns estaduais e municipais de direitos humanos; garantir a autonomia da sociedade civil; combater as diferentes formas de discriminação e por isso partilha de uma concepção ampliada de direitos humanos (FENDH, 2012).

- Coletivo de entidades negras

O Coletivo de entidades negras (CEN) foi criado em 2005 e visa agregar a experiência da tradição, os terreiros, os movimentos urbanos, a juventude negra. Assim constitui-se como “[...] um esforço do povo negro para que a nossa sociedade melhore” (CEN BRASIL, 2012).

- Fórum Nacional de Juventude Negra

É resultado da articulação dos fóruns estaduais de juventude negra que busca incluir os jovens das periferias e das comunidades excluídas nos processos de participação social. Possui como principal diretriz “[...] o combate ao racismo sob todas as suas formas de expressão, especialmente no que diz respeito à violência contra jovens negros e negras nas diversas regiões brasileiras” (FOJUNEBA, 2012). Nesta direção, realizam a campanha nacional contra o extermínio da juventude negra. A recomendação 02 do Conasp, aprovada em 10 de junho de 2011, foi proposta pelo fórum e destaca a situação da segurança pública no país, especialmente o crescente número de homicídio e o encarceramento de jovens negros no país. Por isto, sugere a criação de mecanismos que visem a “busca de soluções e definição de responsabilidades setoriais em relação às políticas públicas de combate à violência letal contra a juventude negra” (Recomendação 02, 2011, p. 2). A temática dos homicídios foi debatida na reunião de agosto de 2011, na

## VERSÃO PRELIMINAR

oportunidade vários conselheiros cobraram avanços nas ações do Pronasci<sup>12</sup>. Nas reuniões de 2011, este foi um tema que mobilizou grande parte dos representantes da sociedade civil. No entanto, ao mesmo tempo em que a recomendação foi aprovada pelo Conasp, no final de 2011 ocorreu o arquivamento do Plano de articulação nacional para a redução dos homicídios dolosos pela presidenta Dilma.

- Rede Desarma Brasil

A Rede Desarma Brasil foi criada em 2005 com o “[...] objetivo de ampliar e melhorar a Campanha de Entrega Voluntária de Armas no Brasil”, no contexto de discussão sobre o Referendo do Desarmamento. A Rede agrega mais de 50 organizações de todas as regiões do país que buscam consolidar o Estatuto do Desarmamento (REDE, 2012).

- Conselho Federal de Psicologia - CFP

Constitui-se na única entidade representante da sociedade civil no Conselho que trata de uma categoria profissional. Nacionalmente, o CFP tem se manifestado sobre o sistema prisional, o tratamento aos envolvidos com drogas sem segregação, educação, democratização das comunicações, população em situação de rua, entre outras temáticas (CFP, 2012).

- Pastoral Carcerária

Possui como missão ser a “[...] presença de Jesus Cristo e da Igreja Católica no cárcere e promover a valorização da dignidade humana” (PASTORAL, 2012). A coordenação nacional foi criada em 1988 e os esforços da pastoral voltaram-se à conscientização da sociedade sobre a situação do sistema penitenciário, criação de políticas públicas voltadas aos direitos humanos e promoção da dignidade humana.

- Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório das Favelas

A ONG Redes possui como missão “Promover a construção de uma rede de Desenvolvimento Territorial através de projetos que articulem diferentes atores sociais

---

<sup>12</sup> Como pode-se observar a crítica do representante do Inesc no Conasp nos debates sobre o Plano Pluri Anual: “A gente tem 50 milhões de vítimas nesse país, mais de 50% destas vítimas são negros, a maioria são jovens, há uma caracterização da violência letal que já no Pronasci e não aparece aqui. Não há nenhuma medida específica com relação à violência contra jovens negros. (...)Eu não vi nenhum diagnóstico ainda, que o Pronasci ou mesmo a campanha do desarmamento tenham influenciado na redução dos homicídios.” (Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conasp)

## VERSÃO PRELIMINAR

comprometidos com a transformação estrutural da Maré” e desenvolver ações nos espaços populares que sejam capazes de interferir “[...] lógica de organização da cidade e combatam todas as formas de violência” (REDES, 2012). O Observatório das favelas, criado em 2001, constitui-se em uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública formada por profissionais oriundos de espaços populares. O Observatório visa “[...] afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na ressignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas”. (OBSERVATÓRIO, 2012).

Após a breve explanação das entidades e movimentos sociais que integram o Conasp, é possível identificar uma pluralidade de sociedades civis no campo da segurança pública. Trata-se de uma sociedade civil não coesa, com perfis diferentes, como ressalta a representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos ao mencionar o processo eleitoral para o Conasp “definitivo”:

Eu acho que ele [o processo eleitoral] foi muito positivo no sentido de que a gente conseguiu **ampliar a participação popular no CONASP**. A entrada do Gajop, da pastoral carcerária, da juventude negra. Tudo isso fortaleceu a nossa base de intervenção no CONASP. São entidades que historicamente tem uma atuação em nível nacional forte na **defesa de direitos humanos** na área de segurança pública, mas que não tinham voz no CONASP né. Porém por outro lado **nós não temos uma sociedade civil coesa**, nós temos uma sociedade civil com perfis diferentes dentro do CONASP. Temos entidades muito mais voltadas para um espaço de, talvez, conciliação seja uma palavra forte, mas muito mais alinhadas com o *statusquo* vigente na segurança pública do que outras como nós que temos um combate direto com a questão do homicídio, da discriminação, da violência, né? E isso provoca uma determinada divisão. (Integrante da sociedade civil, representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH, entrevista realizada em dezembro de 2011).

Assim, a representante do MNDH descreve uma divisão da sociedade civil em duas linhas gerais: alinhadas com o *status quo* vigente da segurança pública; e as entidades que se dedicam a uma postura de combate mais direto com a questão da discriminação, da violência. No que se refere à política do desarmamento, por exemplo, ressalta que a violência que o MNDH combate é principalmente a institucional, oriunda do próprio Estado.

A **política do desarmamento** não é uma política que esteja na cabeça da pauta de entidades como o movimento negro, da juventude negra, é... pastoral carcerária, não é uma prioridade pra nós movimentos de defesa de direitos humanos. Porque, a não ser tirar a arma do contexto da cultura. [...] Ela não contribui para construção de uma política pública diferenciada, porque **boa parte da violência da qual a gente é vítima, é a violência institucional**. É a violência que vem das polícias, que vem das forças organizadas do aparelho de

## VERSÃO PRELIMINAR

segurança do Estado. Não basta simplesmente desarmar, tem que saber de onde é que vêm as armas, porque que o crime organizado tem arma, quem é que tá vendendo essas armas que são privativas do exército... isso a política do desarmamento não faz. (Sociedade civil, entrevista com representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos, realizada em dezembro de 2011).

Em reunião do Conasp, o representante da Pastoral Carcerária também explicitou a preocupação que a entidade possui com a questão da violência policial, assim como o nexo de deliberações realizadas no âmbito do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) com as temáticas em debate no Conasp.

Nós que somos do Fórum Nacional de Ouvidores, a gente tem uma preocupação com isso [penas restritivas de liberdade aos policiais militares], isso é muito forte, mas também temos uma preocupação sobre a questão da **violência policial, das arbitrariedades policiais contra à sociedade**. Na verdade é um papel da ala da ouvidoria da Pastoral Carcerária, no caso que eu represento, porque eu vivenciei isso tanto dentro quanto fora das prisões. E ainda nesse final de ano, o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, tomaram uma decisão muito importante, que foi evitar aquela portaria interministerial sobre o uso da força. Isso aí eu acho que foi um avanço significativo, mas que tava lá previsto já no PNDH3 e outros documentos (...) Nós temos hoje um PNDH3 que no seu eixo 4 tem *tudo*, tem tudo sobre política de segurança pública que foi produzido ou quase tudo, tá lá com os compromissos firmados, com as recomendações. Então eu acho que a gente tem que se apropriar disso, porque às vezes a gente tá fazendo coisa aqui e parece desconhecer tudo o que tá lá. . (Representante da Pastoral Carcerária, Reunião Conasp, p. 6)

A contextualização dos movimentos sociais, fóruns, entidades que integram o Conasp possibilitam delinear um cenário no qual é possível identificar trajetórias diferenciadas, ou seja, os movimentos sociais e entidades criadas nas décadas de 1970 e 1980 possuem um vínculo forte com o processo de redemocratização brasileiro. Tal dimensão reflete-se na atuação, por exemplo, do Movimento Nacional de Direitos Humanos, focada na defesa dos presos políticos. Existem também entidades como Iser e o Inesc que contribuíram para a articulação e o fortalecimento da sociedade civil ainda neste período de abertura política.

A partir da década de 1990, destacam-se as criações de ONG's e emergem os movimentos contra a violência urbana impulsionados também pelo crescimento da criminalidade, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro (PAVEZ et al, 2012). Como aponta Gohn (2010, p. 55), esta foi uma característica importante dos anos 1990 e que cada vez mais tem ganhado força e organiza-se em “[...] bairros e representa um clamor da sociedade civil na área da segurança pública, na busca de proteção à vida do cidadão no cotidiano”. O tema da violência urbana assume nuances diferentes no Conasp:

## VERSÃO PRELIMINAR

pela defesa da promoção de uma cultura de paz via campanha do desarmamento, como propõe a Rede Desarma Brasil e o VivaRio; ressignificação do território e do sentido atribuído às favelas, como o Observatório das Favelas; projetos focados em determinadas comunidades com caráter de intervenção social para melhorar as condições sociais, como Redes da Maré.

Dentre as mudanças relevantes do Conasp “transitório” para o Conasp(2010-2012), pode-se destacar uma maior aproximação entre os direitos humanos e a segurança pública, assim como o distanciamento de setores mais tradicionais e influentes como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (ALVES e MONTEIRO, 2011). Outra dimensão relevante consiste na maior conexão do Conasp a movimentos identitários oriundos das demandas LGBT, juventude negra, entidades negras e que constituíram os movimentos que mais cresceram desde a década de 1990 (GOHN, 2010).

### **3 – Representação política da sociedade civil no Conasp**

Os dados de 2010 do Conasp integram a base da pesquisa sobre Conselhos Nacionais e neste período foram entrevistados trinta e seis conselheiros(as), sendo vinte e cinco titulares e onze suplentes. Já em 2011, participaram trinta e dois conselheiros(as), dos quais vinte e três são titulares e nove suplentes - especialmente neste ano é relevante a participação dos suplentes tendo em vista a divisão de cadeiras entre alguns trabalhadores(as) e entidades da sociedade civil.

Apresenta-se algumas características gerais do perfil dos conselheiros. A maior parte dos(as) conselheiros(as) declarou-se branco nos dois períodos, com a média de 60%, entretanto, na composição de 2011 o número de pretos aumentou consideravelmente (11%). Este aspecto é interessante, pois aponta para uma diversificação no perfil dos representantes, possuindo assim relevância para a dimensão descritiva da representação e as concepções que ressaltam uma política de presença, a exemplo de Philips (2001).

Os conselheiros possuem alta escolaridade, já que a grande maioria possui mais do que o ensino superior completo (97%), quadro este que permanece semelhante no Conasp definitivo (93%). Entretanto, a renda dos(as) conselheiros(as) tem uma alteração mais intensa, tendo em vista que no Conasp “transitório” inexistia a faixa de renda de R\$

## VERSÃO PRELIMINAR

1501,00 a R\$ 2500,00. As rendas mais elevadas, acima de R\$ 4000,00, apresentam um declínio de 89% para 75%. No “Conasp definitivo”, gestores(as) e trabalhadores(as) possuem as rendas mais elevadas, enquanto os integrantes da sociedade civil concentram-se nas faixas mais baixas. De qualquer modo, a renda dos(as) conselheiros(as) é bem maior do que a renda média da população brasileira e se assemelha aos resultados observados em outras pesquisas sobre conselhos gestores.

Uma mudança significativa do Conasp “transitório” para o “definitivo” consistiu no tempo como conselheiro(a), pois o percentual de conselheiros(as) que está há mais de um ano cresceu 28%. Enquanto em 2010 predominou os(as) conselheiros(as) com menos de um ano (67%), em 2011 a situação inverter-se. Ao mesmo tempo em que ocorreu a renovação, principalmente no segmento da sociedade civil, a memória da Comissão Organizadora Nacional (CON) é presente para parte considerável do Conselho e em diversos momentos foi retomada.

No que se refere à atuação em conselhos, em 2010, 31% dos(as) conselheiros(as) participava de outros conselhos ou 11% já havia participado. Em 2011, eleva-se o percentual de conselheiros(as) que participaram pela primeira vez, sendo que diminuiu o número de participantes em outros conselhos (19%). Este aspecto de participação em outros conselhos é interessante, na medida em que possibilita um acúmulo de experiências em institucionalidades participativas, o que esteve presente em diversas discussões no Conasp. De qualquer modo, convém ressaltar que a trajetória de outros conselhos é constantemente evocada tanto para refletir sobre a institucionalização recente da segurança pública, a relação com a sociedade civil e os movimentos sociais, assim como para observar nestas outras experiências processos que de alguma forma possam ser “inspiradores”.

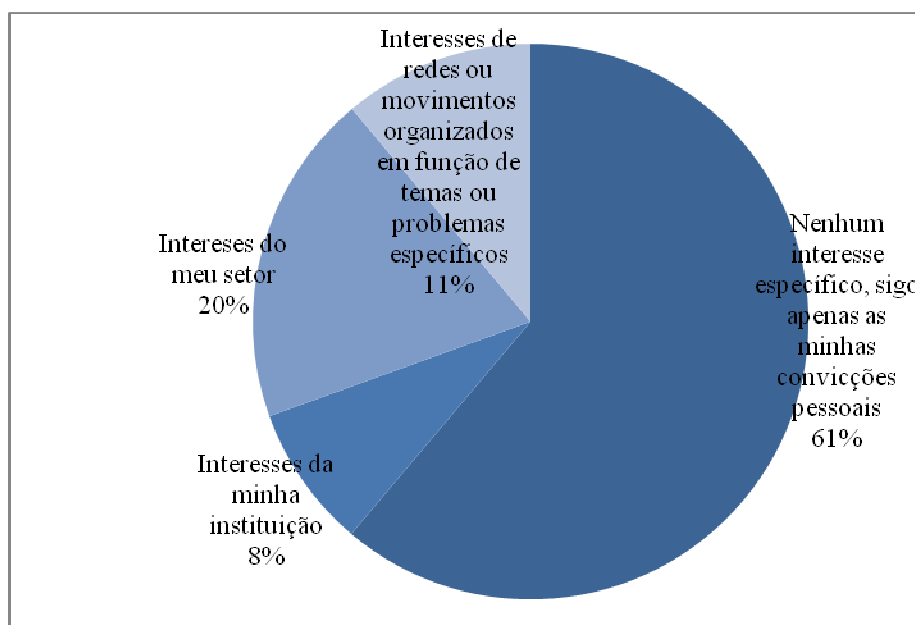
A visão que os(as) conselheiros(as) possuem sobre o exercício da representação no Conasp foi tratada de modo mais específico pelo seguinte questionamento: *Quem ou o quê representa prioritariamente no Conasp?* Nesta questão, os(as) conselheiros(as) podiam responder uma única alternativa. Embora as opções de resposta e a redação da questão não sejam exatamente as mesmas para os anos de 2010 e 2011, esta questão merece ser analisada, levando também em consideração o cruzamento por segmento. No Conasp “transitório”, a grande maioria dos(as) conselheiros(as) declarou não se orientar por nenhum interesse específico, seguindo apenas as suas convicções pessoais (61%). Os interesses do setor que os(as) conselheiros(as) representam vieram na sequência, com



## VERSÃO PRELIMINAR

20% das respostas. Já os interesses dos movimentos sociais organizados em função de um tema obtiveram apenas 11% das respostas. Esta dimensão da representação como vinculada a uma causa ou tema relaciona-se ao conceito de representação como *advocacy* desenvolvido por Nádya Urbinati que descreve o(a) representante como o(a) defensor(a) apaixonado(a) de uma causa.

**Gráfico 1 - Interesses que defende prioritariamente (2010)**



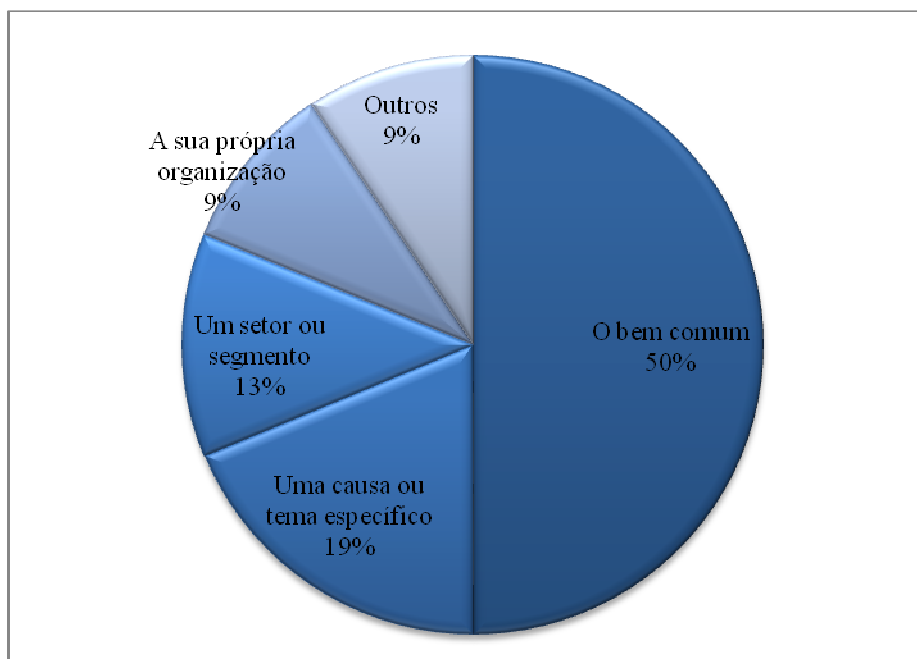
Fonte: Dados de 2010 cedidos pelo Projeto “Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros” do IPEA.  
Org.: a autora.

No Conasp “definitivo” ocorreu uma modificação grande na compreensão sobre o quê ou quem os(as) conselheiros(as) representam. Como retrata o gráfico 2, metade afirmou representar o bem comum, na sequência uma causa ou tema específico (19%), um setor ou segmento (13%) e a própria organização (9%). Alguns(algumas) conselheiros(as) sentiram dificuldade em responder esta questão e ao optar pela resposta “outros” ressaltaram a necessidade de compatibilizar um ideal de bem comum com demandas específicas, como expressaram as seguintes respostas de representantes da sociedade civil: “O bem comum, levando-se em consideração os setores mais vulneráveis”; “Penso que esta causa ou tema específico é complementar a ideia de bem comum”.

## VERSÃO PRELIMINAR

Convém mencionar que o pesquisador do IPEA, Fábio de Sá e Silva, apresentou a sua pesquisa sobre o Conasp em agosto de 2011 para os(as) conselheiros(as) no pleno e abordou as respostas expressas no gráfico 1 sobre o predomínio de interesses pessoais. Este acontecimento pode ter influenciado na maior reflexividade nas respostas dos conselheiros, pois o questionário foi aplicado nas reuniões posteriores. De qualquer modo, é necessário citar que os resultados obtidos em 2011 assemelham-se aos encontrados em outros conselhos nacionais, conforme os dados do Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros, desenvolvido pelo IPEA (IPEA, 2012a; IPEA 2012b).

**Gráfico 2 - Quem ou o quê representa prioritariamente no Conasp?**

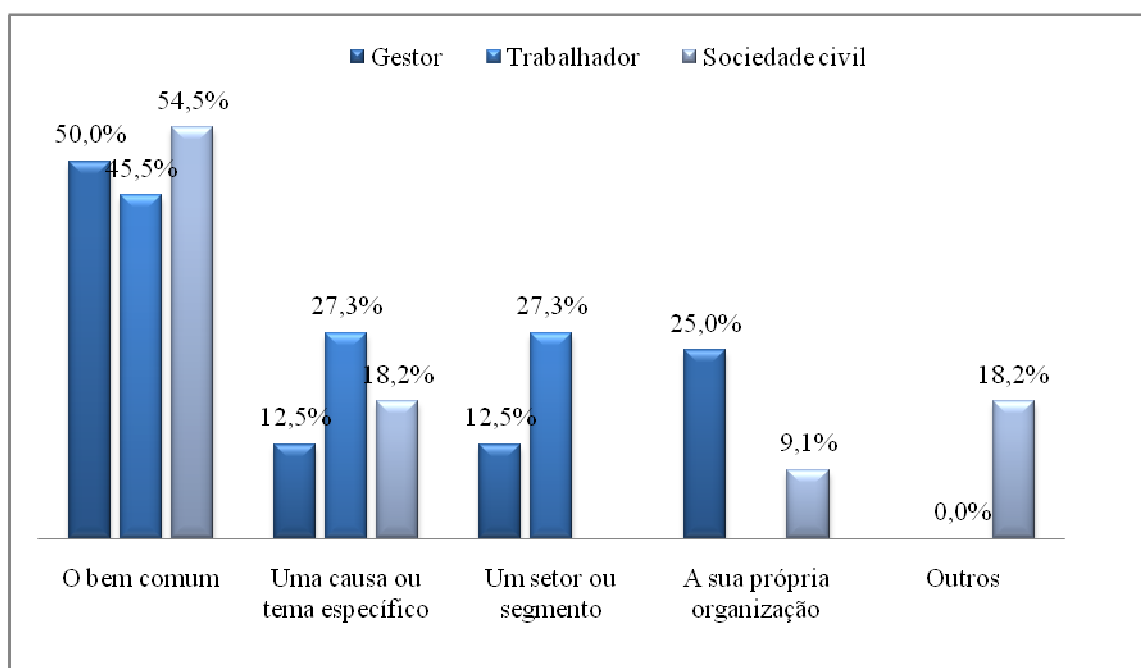


Fonte: Dados de 2011 coletados pela autora.  
Org.: a autora.

O gráfico 2 é interessante, tendo em vista que retrata quem ou o quê os (as) conselheiros(as) representam de acordo com o segmento. O “bem comum” é mais citado pela sociedade civil (54,5%) e pelos gestores (50%); já a representação por causa ou tema específico predomina entre os(as) trabalhadores(as) (27,3%) assim como a representação por um setor ou segmento (27,3%). Convém mencionar que entre os(as) representantes da sociedade civil, ninguém citou o fato de representar um segmento. Quando se trata de representar a própria organização, destacam-se os(as) gestores(as) (25%). A

representação por uma causa ou tema era uma expectativa desta pesquisa que estivesse prioritariamente relacionada à sociedade civil, o que não foi evidenciado na análise empírica.

**Gráfico 3 - Quem ou o quê representa no Conasp por segmento (2011)?**



Fonte: Dados de 2011 coletados pelos autores.  
Org.: Autores.

Por quais mecanismos os(as) representantes sentem-se aptos(as) para o exercício da representação? Para responder, os(as) conselheiros(as) foram indagados(as) sobre distintos modos de representação, dentre os quais estão o pertencimento e vivência em relação ao setor, o que corresponde à concepção de representação descritiva e enfoca na ideia de *ser alguém*, na semelhança com o representado mais do que na capacidade de *fazer algo*.

Essa abordagem do pertencimento é retomada na argumentação de Philips (2001, p. 273) que ressalta esta dimensão: “[...] representação adequada é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos, e noções de representação ‘típica’, ‘especular’ ou ‘descritiva’, portanto, têm retornado com força renovada”. Assim, Philips (2001, p. 272) destaca as demandas por *presença política*, de grupos de que se reconhecem como

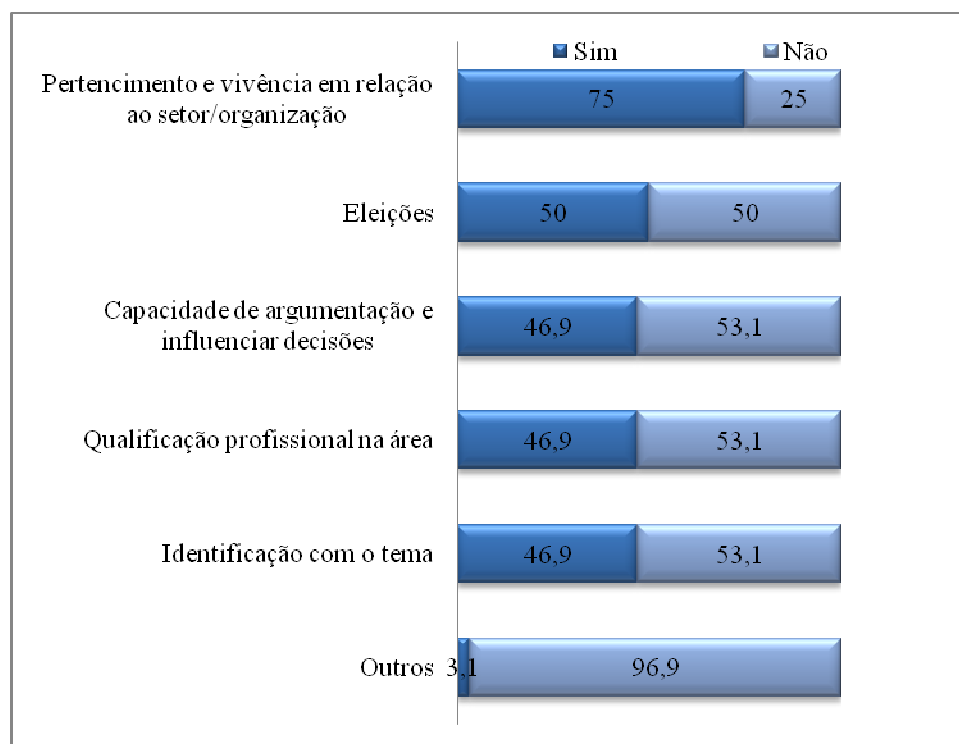
## VERSÃO PRELIMINAR

marginalizados, excluídos, grupos étnicos que almejam maior inclusão política. Trata-se de colocar em discussão “[...] a separação entre *quem* e o *quê* é para ser representado”.

Outro tipo de autorização mencionado refere-se ao eleitoral, que consiste em um mecanismo vinculado à concepção padrão de representação. Na sequência, a capacidade de argumentar e influenciar decisões e qualificação profissional também foi observada e remete à abordagem de recursos. Por fim, a identificação do representante com o tema refere-se ao conceito de representação como *advocacy* de Urbinati.

Questionou-se por meio de quais mecanismos os(as) conselheiros(as) consideravam-se autorizados para representar a sua entidade. O pertencimento e vivência em relação ao setor foi o mais citado, com 75% das respostas; em seguida vieram as eleições (50%); a capacidade de argumentar e influenciar decisões (46,9%); a qualificação profissional na área (46,9%); a identificação com o tema (46,9%). Contudo, as respostas necessitam ser analisadas de modo mais detalhado com o cruzamento por segmento.

**Gráfico 4 - Por meio de quais mecanismos você se considera autorizado para representar a sua organização/entidade?**

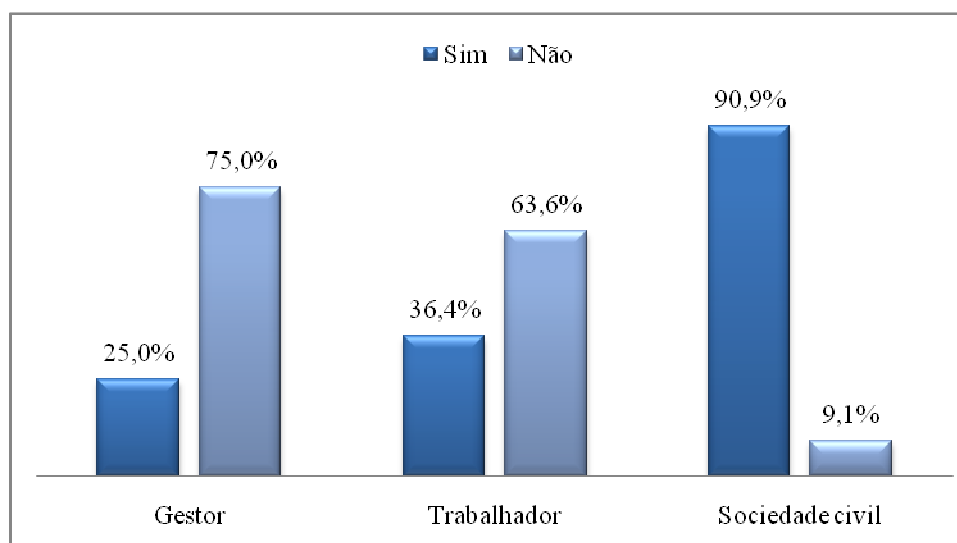


Fonte: Dados de 2010 cedidos pelo Projeto “Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros” do IPEA/; Dados de 2011 coletados pelos autores.  
Org.: Autores.

## VERSÃO PRELIMINAR

Conforme retrata o gráfico 60, o argumento eleitoral possui grande peso para a sociedade civil, pois consiste no mecanismo de autorização mais citado entre todos por este segmento, com 90,9%. Este aspecto revela a importância que o processo eleitoral de 2010 possui na atual composição do Conasp, assim como o fato de a eleição para a sociedade civil ter sido disputada, demandando articulações. Em contrapartida, entre os(as) trabalhadores(as), as eleições possuem uma relevância menor, com 36,4% de respostas, o que pode ser um reflexo de que para os(as) trabalhadores(as) as principais categorias profissionais já estão consolidadas na forma de sindicatos e associações. Esta dimensão reforça o argumento do tipo diferenciado de representação desempenhado pelos(as) trabalhadores(as).

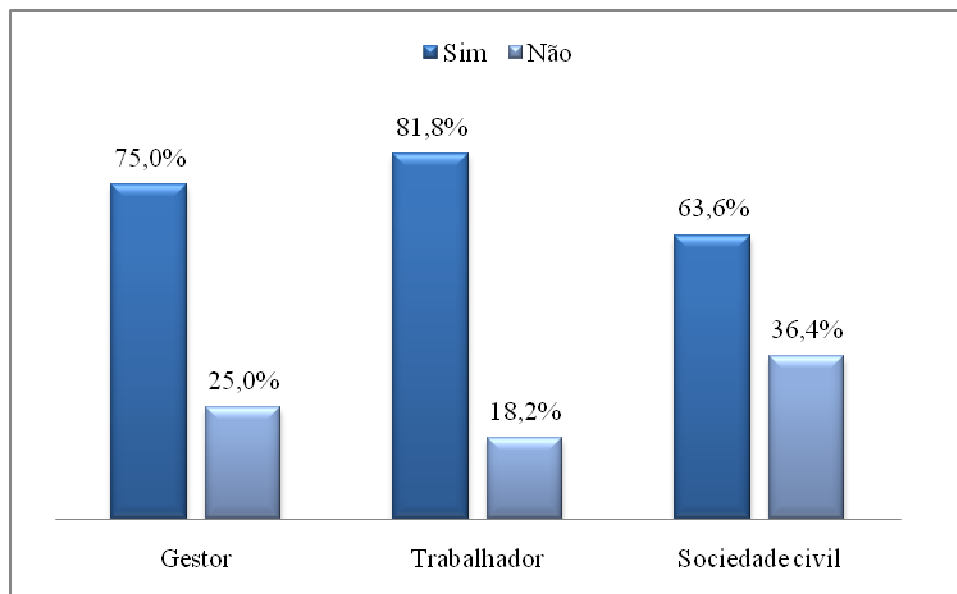
**Gráfico 5 – Eleições**



Fonte: Dados de 2010 cedidos pelo Projeto “Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros” do IPEA/; Dados de 2011 coletados pelos autores.

Org.: autores.

**Gráfico 6 - Pertencimento e vivência**

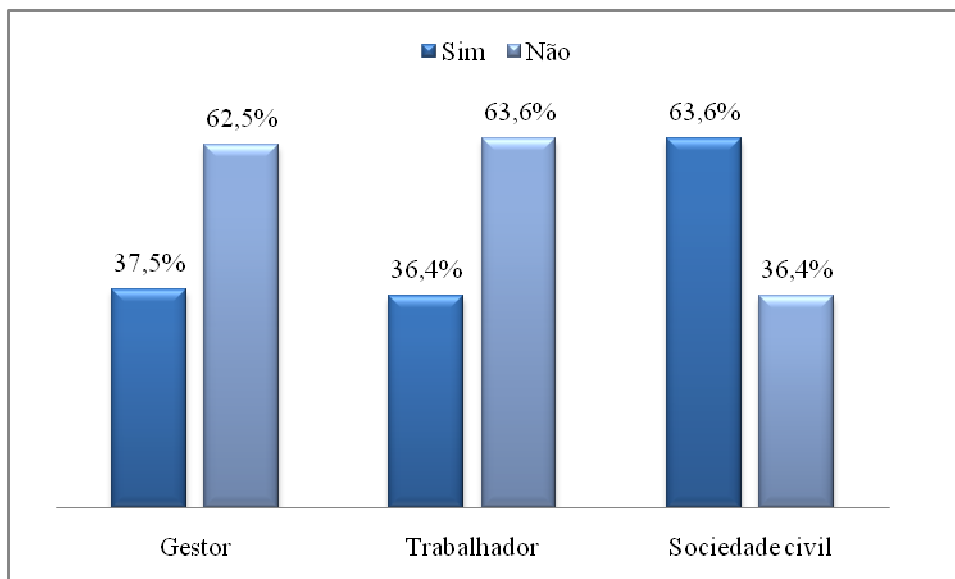


Fonte: Dados de 2010 cedidos pelo Projeto “Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros” do IPEA/; Dados de 2011 coletados pela autora.  
Org.: a autora.

Para os(as) trabalhadores(as), o argumento do pertencimento e vivência em relação ao setor de representação apresenta grande força, somando assim 81,8%. Entre os(as) gestores(as), o pertencimento e a vivência constituem-se em um forte mecanismo de autorização, com 75%, sendo mais relevantes que a capacidade de influenciar decisões e a própria qualificação profissional. Na sociedade civil, este tipo de autorização é o segundo mais citado, com 63,6%, o que também demonstra a importância da proximidade entre representante e representado(a) nos moldes apresentados por Philips. De qualquer modo, seria interessante um estudo mais aprofundado sobre as entidades da sociedade civil que se vinculam mais a este tipo de representação.

A capacidade de influenciar decisões possui maior peso para os(as) representantes da sociedade civil, que soma o mesmo percentual do argumento de pertencimento e vivência (63,6%). Assim, é interessante observar que este tipo de autorização vincula-se com a valorização do caráter de conflito da política, de interesses que estão em disputa e nesse contexto a capacidade de debate possui destaque. De modo distinto, trabalhadores(as) e gestores(as) apresentam um percentual menor com 36,4% e 37,5%.

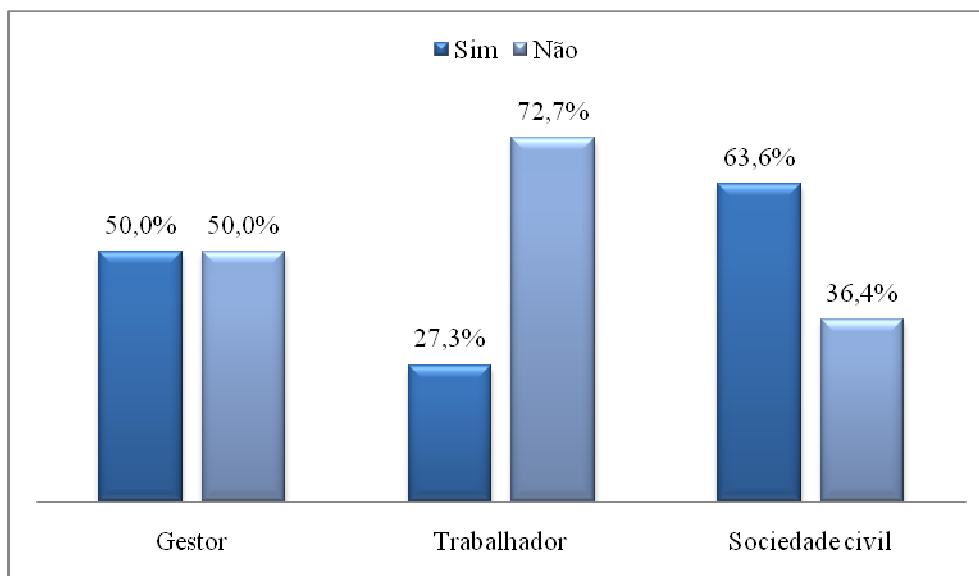
**Gráfico 7 - Capacidade de influenciar decisões**



Fonte: Dados de 2010 cedidos pelo Projeto “Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros” do IPEA/; Dados de 2011 coletados pelos autores.  
Org.: autores.

A identificação com o tema é o mecanismo de autorização mais relevante para os(as) representantes da sociedade civil, com 63,6%, estando assim no mesmo patamar do pertencimento e vivência na área, o que indica a existência de dimensões diferenciadas da representação política para este segmento. Tal aspecto pode reforçar a observação da existência de uma pluralidade de sociedades civis inseridas no Conasp.

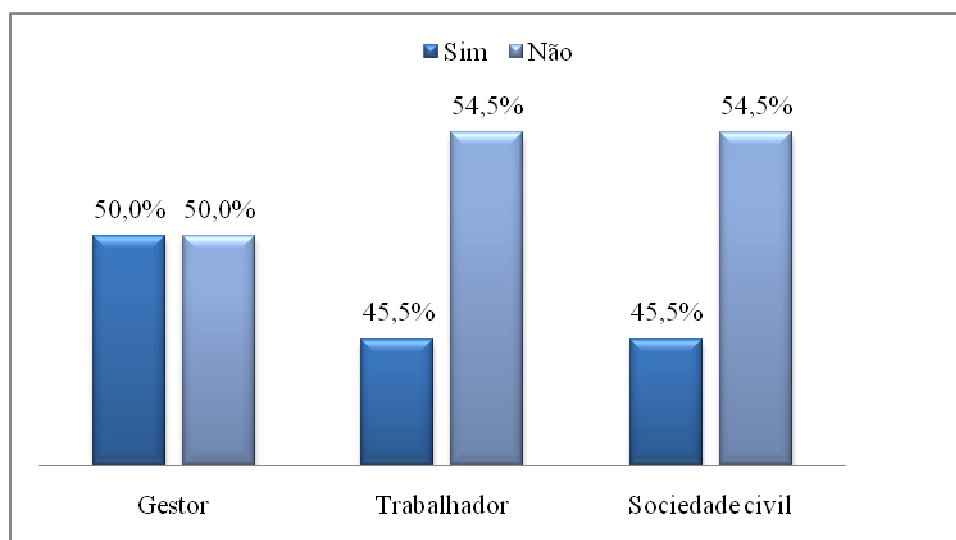
**Gráfico 8 – Identificação com o tema**



Fonte: Dados de 2010 cedidos pelo Projeto “Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros” do IPEA/; Dados de 2011 coletados pelos autores.  
Org.: autores.

A qualificação profissional apresenta maior relevância para os(as) gestores(as), com 50%. Mesmo assim, entre os(as) trabalhadores(as) a qualificação profissional é um atributo com mais de destaque que as eleições e a capacidade de influenciar decisões. Para os(as) representantes da sociedade civil, o mecanismo de autorização possui menor importância. De qualquer modo, convém lembrar que a escolaridade dos(as) conselheiros(as) é altíssima.

**Gráfico 9 - Qualificação profissional**





## VERSÃO PRELIMINAR

Fonte: Dados de 2010 cedidos pelo Projeto “Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros” do IPEA/; Dados de 2011 coletados pelos autores.

Org.: autores.

### **Considerações Finais**

A pesquisa revela que, mais do que uma sociedade civil monolítica, há uma pluralidade de trajetórias, repertórios de ação, demandas e grau de articulação com o Estado entre os conselheiros pertencentes a esse segmento. A complexidade é ainda maior quando a atuação das “sociedades civis” é compreendida de modo relacional com a percepção dos outros segmentos (trabalhadores e gestores) que integram o conselho.

Ao analisar as representações da sociedade civil, é necessário compreendê-las em uma perspectiva plural, na medida em que integram a sociedade civil movimentos sociais e entidades com perfis diferenciados. Portanto, as trajetórias, os projetos e repertórios de ação são distintos na sociedade civil. Existem movimentos que foram criados nas décadas de 1970 e 1980, originários durante o regime ditatorial e a transição democrática. Outras entidades constituídas neste período dedicaram-se às pesquisas, bem como à articulação da sociedade civil. Já parte das entidades e movimentos criados a partir da década 1990 possui relação com o fortalecimento das ONG's que foram impulsionadas pelo crescimento da criminalidade - temática que apresenta diferentes vieses no Conasp (construção de uma cultura de paz, ressignificação do sentido atribuído às favelas, intervenção social). Destaca-se ainda a conexão da sociedade civil com demandas de movimentos identitários (movimento negro, GLBT).

### **Referências Bibliográficas**

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Página Principal.** Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/index.php>>. Acesso em 13 abr. 2012.

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não-Governamentais. **Carta de Princípios.** Disponível em: <[http://www.abong.org.br/quem\\_somos.php](http://www.abong.org.br/quem_somos.php)>. Acesso em: 13 abr. 2012.

## VERSÃO PRELIMINAR

ALMEIDA, M. S. M. **Gajop**:30 anos contribuindo para democracia. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <conasp@googlegroups.com>. 15 nov. 2011.

ALVES, H. MONTEIRO, A. “Sociedade civil e segurança pública: a primeira eleição do Conselho Nacional de Segurança Pública”. **XXVIII Congresso Internacional da Alas**. UFPE, Recife – PE, 2011.

AVRIZTER, Leonardo. “A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate”. In: PIRES, Roberto (Org.) **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**. Brasília: Ipea, 2011.

CEN BRASIL – Coletivo de Entidades Negras. **Página Principal**. Disponível em:<<http://cenbrasil.blogspot.com.br>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Conheça o CFP**. Disponível em <<http://site.cfp.org.br/cfp/conheca-o-cfp/>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

CONASP – Conselho Nacional de Segurança Pública. **Ata da 14ª Reunião Ordinária realizada em 01 e 02 de dezembro de 2011**. Brasília, 2011f. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ337926C4ITEMIDB7EADD32D6D84917830D4DB425CB5A13PTBRNN.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

FOJUNEBA – Fórum Baiano de Juventude Negra. **Quem Somos**. Disponível em <[fojuneba.blogspot.com.br](http://fojuneba.blogspot.com.br)>. Acesso em: 16 abr. 2012.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GURZA LAVALLE, Adrián. “Após a participação: nota introdutória”. **Lua Nova**, São Paulo. 84: 13-23, 2011.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Conheça o Inesc**. Disponível em <<http://www.inesc.org.br/quem-somos/conheca-o-inesc-1>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Conselho Nacional de Saúde na Visão de seus Conselheiros. **Relatório de Pesquisa**, Brasília, 2012a.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na Visão de seus Conselheiros. **Relatório de Pesquisa**, Brasília, 2012b.

ISER – Instituto de Estudos da Religião. **O ISER**. Disponível em: <<http://www.iser.org.br>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

OBSERVATÓRIO de Favelas. **Sobre o Observatório**. Disponível em: <[http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/quem\\_somos/](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/quem_somos/)>. Acesso em: 17 abr. 2012.

## VERSÃO PRELIMINAR

PASTORAL Carcerária. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

PAVEZ, T. R.; TOLEDO, D.; GONÇALVES, R. **Redes sociais, mobilização e segurança pública**: evolução de atores da segurança pública no processo preparatório da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Ministério da Justiça, 2009.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PHILIPS, A.. De uma política de idéias a uma política de presença. **Estudos feministas**, 2º vol.9,n.1, p. 268-290, 2001.

PIRES, R. (Org.) **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil**: Estratégias de Avaliação. Brasília: Ipea, 2011.

PITKIN. H. **Representative democracy**: Principles & genealogy. The University of Chicago Press: Chicago, 2006.

REDE Desarma Brasil. Instituto Sou da Paz. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.soudapaz.org/rededesarmabrasil/Home/tabid/546/EntryID/1518/language/ptBR/Default.aspx>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

REDES – Redes de Desenvolvimento da Maré. **Apresentação**. Disponível em: <[http://www.redesdamare.org.br/?page\\_id=2429](http://www.redesdamare.org.br/?page_id=2429)>. Acesso em: 17 abr. 2012.

URBINATI, N. Representação como advocacy: um estudo sobre deliberação democrática. **Política&Sociedade**, vol, n. 16, p. 51-88, 2010.

\_\_\_\_\_. **Representative democracy**: Principles & genealogy. The University of Chicago Press: Chicago, 2006.

VIVA RIO. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://vivario.org.br/quem-somos-2>>. Acesso em: 16 abr. 2012.